



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA
 RUA JOÃO CHAGAS, S/N - CENTRO - TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 080/2017
PREGÃO PRESENCIAL PELO SRP Nº. 037/2017

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2017

O **MUNICÍPIO DE TORITAMA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua João chagas n/s - Toritama/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.256.054/0001-39, por meio do titular Sr. Edilson Tavares de Lima, Prefeito do Município de Toritama, inscrito no CPF/MF sob o nº 688.024.474-20, RG nº 3340838 SSP/PE residente à Rua Do Comércio nº160, através da SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO; pelo respectivo Gestor, ILIZIFRANK FRANÇA DA SILVA TAVARES, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **OVERHALL SOLUÇÕES EIRELI-ME**, CNPJ 21.052.142/0001-15, Av Doutor Francisco Correia, nº 664, Letra A, Centro, São Lourenço da Mata/PE, telefone (81) 35256248, e-mail overhallsolucoes@outlook.com, representada pelo procurador, o Sr. Danyllo Bezerra da Silva, brasileiro, solteiro, RG 9586202 SDS/PE, CPF nº 119.195.834-59, residente a Rua Jovelina Albuquerque dos Prazeres, 266, Centro, Camaragibe/PE, telefone (81) 999623571, simplesmente denominado **PROMITENTE CONTRATADA**, em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017**, resolvem registrar os preços constantes na presente Ata, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual Aquisição de Material para pavimentação em Paralelepípedos em diversas ruas do Município de Toritama (Paralelepípedos graníticos, Meio Fio graníticos, Cimento e Areia), de acordo com as especificações constantes do Anexo I e demais condições estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame.

1.2 Relação da(s) empresa(s) vencedora(s) com respectiva classificação e itens conforme descrito abaixo:

ITEM	UNID	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	CLASSIFICAÇÃO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	M³	1.701	AREIA GROSSA (COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA)	JOÃO DA AREIA	R\$ 62,50	R\$ 106.312,50
2	SACO	2.514	SACOS DE CIMENTO DE 50Kg (EXCLUSIVO PARA ME EPP)	POTY	R\$ 26,00	R\$ 65.364,00
3	M	3.045	PEDRA MEIO FIO (COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA)	JOÃO DA AREIA	R\$ 24,80	R\$ 75.516,00
4	MIL	453	MILHEIROS DE PEDRAS DE PARALELEPÍPEDOS (COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA)	JOÃO DA AREIA	R\$ 749,00	R\$ 339.297,00
5	M³	567	AREIA GROSSA (COTA RESERVADA PARA ME OU EPP)	JOÃO DA AREIA	R\$ 62,50	R\$ 35.437,50
6	M	1.014	PEDRA MEIO FIO (COTA RESERVADA PARA ME OU EPP)	JOÃO DA AREIA	R\$ 24,80	R\$ 25.147,20
7	MIL	151	MILHEIROS DE PEDRAS DE PARALELEPÍPEDOS (COTA RESERVADA PARA ME OU EPP)	JOÃO DA AREIA	R\$ 749,00	R\$ 113.099,00
VALOR TOTAL R\$ 760.173,20 (SETECENTOS E SESSENTA MIL, CENTO E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS)						

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

Documento Assinado Digitalmente por: EDILSON TAVARES DE LIMA
 Acesso em: http://ecccce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: b88220c1-5abb-47d2-8995-9323e287b7c1



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

RUA JOÃO CHAGAS, S/N - CENTRO - TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, improrrogáveis a partir de sua assinatura e publicação.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a contratante não será obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) obedecer às seguintes exigências:

- fornecer o produto de boa qualidade, conforme cotado em sua proposta de preços, a partir da solicitação do setor pertinente;
- assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições de fornecimento e qualidade atestada pelo INMETRO, no que couber.
- efetuar a troca imediata do material entregue, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações e normas de segurança, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente.

CLÁUSULA QUARTA: DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

4.1 O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.

4.2 Os pagamentos serão efetuados à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega e conferência da quantidade solicitada a cada licitante e mediante apresentação da **Nota Fiscal/Fatura**, atestado por servidor designado pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, após a regular liquidação da despesa, na forma da legislação vigente.

4.3. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

4.4 Quaisquer erros no preenchimento do documento de cobrança, escusáveis ou não, implicarão na postergação do prazo do seu pagamento para até 30 (trinta) dias contados do dia seguinte à data de sua reapresentação, corrigido e atestado pelo órgão competente da CONTRATADA.

4.5 Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regularidade fiscal, apresentados em atendimento as exigências da habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento poderá ficar retido até a sua efetiva regularização, sob pena de rescisão contratual nos termos da legislação vigente;

4.6. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.8. O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da **Nota de Empenho**, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços.

4.9. Na nota de empenho deverá constar, **obrigatoriamente**, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto do serviço, o(s) valor(es), local(ais) de entrega (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo de entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

RUA JOÃO CHAGAS, S/N - CENTRO - TORITAMA-PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

4.10 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será o constante da proposta apresentada, e registro na ARP, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 5.1 O fornecimento será de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, de forma parcelada, e por meio de autorização em duas vias;
- 5.2 Fornecer o objeto da contratação de acordo com o pactuado;
- 5.3 A Contratada somente poderá fornecer os itens objetos deste Termo de Referência, mediante requisição assinada pelo responsável do setor, ou servidor expressamente autorizado pelo Ordenador de Despesa;
- 5.4 Comunicar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à CONTRATANTE quando da impossibilidade em atender às solicitações, nos casos em que houver impedimento para funcionamento normal de suas atividades;
- 5.5 Manter durante toda a execução do pactuado, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.6 Quando da entrega do objeto por parte da licitante, for detectado que o mesmo não apresenta características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não apresente 1ª qualidade, o licitante deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para a Contratante.

CLÁUSULA SÉXTA - DAS PENALIDADES

- 6.1 O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a empresa registrada nesta ARP às sanções previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades:
 - 6.1.1 Advertência;
 - 6.1.2 Multa de 1% (um por cento), ao dia, sobre o valor total do fornecimento por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até o 30º (trigésimo) dia;
 - 6.1.3 Multa de até 20% (vinte por cento), por dia de atraso sobre o valor do fornecimento, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
 - 6.1.4 Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - 6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante o Inciso IV, Artigo 87, da Lei nº 8.666/93.
- 6.2 A critério da Administração poderão ser suspensas às penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento for devidamente justificado pela firma vencedora, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.
- 6.3 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da contratada. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

- 7.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 7.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.
- 7.3. Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

RUA JOÃO CHAGAS, S/N - CENTRO - TORITAMA-PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. Havendo alteração de preços dos materiais, ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65, II "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

7.6.1. Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

7.7. O beneficiário do registro poderá solicitar a **atualização dos preços vigentes**, através de solicitação formal ao Órgão Gerenciador, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pela assessoria jurídica.

7.8. O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DESTA ARP

8.1 O objeto de que trata esta Ata de Registro de Preços será fornecido diretamente pelo licitante, mediante requisição assinada pelo responsável do setor de transporte, ou por servidor expressamente designados pela Contratante, de acordo com o anexo I do edital.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

a) **automaticamente:**

- a).1 - por decurso de prazo de vigência;
- a).2 - quando não restarem fornecedores registrados;
- a).3 - pelo ordenador de despesa, quando caracterizado o interesse público.

b) **a pedido, quando:**

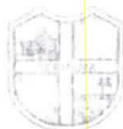
b).1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

c) **por iniciativa da Autoridade Superior** quando:

- c).1 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c).2 - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c).3 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c).4 - não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- c).5 - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- c).6 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

9.5. O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.6 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumento obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA

RUA JOÃO CHAGAS, S/N - CENTRO - TORITAMA/PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

9.7 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

9.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será/ feita por publicação em jornal de grande circulação, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 – Acompanhar a execução do objeto do Termo de Referência e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e respectivo Edital;

10.2 – Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada e que sejam pertinentes ao objeto do Termo de Referência;

10.3 – Notificar por escrito a CONTRATADA, por qualquer irregularidade relacionada ao contrato;

10.4 – Designar a Comissão de Fiscalização do contrato para acompanhamento das etapas de operacionalização do objeto contratado, ficando este encarregado de analisar a correta execução do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 037/2017 e as propostas das empresas classificadas em ordem crescente respectivamente, no certame supra numerado.

11.2 Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes dos Decretos Federais nº 3.555/2000, e nº 7.892 de 23/01/2013 e Lei 10.520/2002, Lei 8.666/1993 e demais legislações pertinentes.

11.3. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Toritama/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Toritama, 30 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE TORITAMA
ÓRGÃO GERENCIADOR
PROPONENTE CONTRATANTE

ILIZIFRANK FRANÇA DA SILVA TAVARES
SECRETÁRIO DE OBRAS E URBANISMO
PROPONENTE CONTRATANTE

OVERHALL SOLUÇÕES EIRELI-ME
PROMITENTE CONTRATADA

DOMYNO BEZERRA DA SILVA

TESTEMUNHAS:

[Handwritten signature]

CPF/MF: 05500190493

TESTEMUNHAS:

[Handwritten signature]

CPF/MF: 062 711.444-03